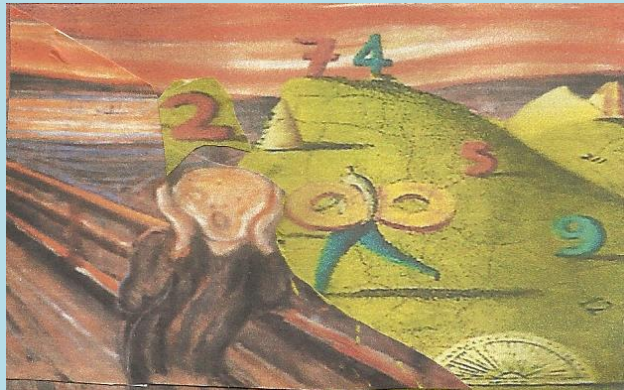


GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

Carlos Marques Simões

A ECONOMIA DO MEDO

**uma reflexão sociopsicológica sobre
as origens da crise portuguesa**



Cadernos do GREI n.º 16

MAIO 2014

A ECONOMIA DO MEDO

**uma reflexão sociopsicológica sobre
as origens da crise portuguesa**

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 3 |
| 1. A perspectiva sociopsicológica..... | 4 |
| 2. Psicologia social e alienação | 7 |
| 3. Economia e escravidão mental | 10 |
| 4. A longo-prazo estamos todos mortos | 13 |
| 5. A sociedade portuguesa e as origens da crise | 16 |
| Reflexões finais..... | 19 |
| Bibliografia..... | 21 |

Acordai homens que dormis a embalar a dor dos silêncios vis (...).
Acordai raios e tufões que dormis no ar e nas multidões, vinde incendiar
de astros e canções as pedras do mar o mundo e os corações.
Acendei de almas e de sóis este mar sem cais nem luz de faróis
e acordai (...) os nossos heróis que dormem nos covais.

José Gomes Ferreira in *Acordai – letra de “Canção
de Luta” musicada por Fernando Lopes Graça (1945)*



GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

FICHA TÉCNICA

Título: Cadernos do GREI

Edição de: GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

*Rua Vergílio Ferreira, n.º 11
8005-546 FARO*

grei.grupo@gmail.com www.grei.pt

Capa: adaptada por Pedro Clemente de “O Grito” de Edvard Munch

Conselho Editorial: Carlos Marques Simões (coordenador), Francisco Gil,
Helena Ralha-Simões, Helena Sousa, Nora Almeida Cavaco e Rosanna Barros

Data: maio de 2014

Publicação de difusão restrita

A ortografia adotada no texto dos cadernos é da responsabilidade de cada autor(a).

*A ortografia utilizada na capa, títulos, índice e resumo não segue o novo acordo ortográfico,
segundo opção do coordenador editorial.*

Somente podem ser proféticos os que anunciam e denunciam,
comprometidos permanentemente num processo radical
de transformação do mundo (...). Os homens (...) opressores
não podem ser utópicos. Não podem ser proféticos
e, portanto, não podem ser esperança.

Paulo Freire in *Conscientização:
Teoria e Prática da Libertação (1979)*

Resumo:

A partir duma reflexão sociopsicológica, este texto procura perspetivar as origens da crise portuguesa, contextualizando as suas circunstâncias político-económicas, assim como as subjacentes dimensões sociais, psicológicas, éticas e culturais. Através de um ponto de vista crítico e comprometido ideologicamente, pretende-se compreender a ascensão dos novos super-ricos globais, isto é os plutocratas, e as suas consequências para a presente situação mundial.

Palavras-chave: Perspetiva sociopsicológica; alienação; economia neo-liberal; plutocratas; crise portuguesa.

INTRODUÇÃO

O iluminismo do século XVIII, ao exigir o reconhecer do entendimento individualista como interesse supremo, traduzia a emergência de categorias mentais correspondentes, de certo modo, à estrutura da troca comercial, núcleo da nascente sociedade burguesa.

No *Século da Luzes*, esta situação correspondia a uma dominação de classe por parte de um minoria que era concebida como resultado de uma conspiração levada a cabo por alguns privilegiados; apesar de criticada, esta relação de sujeição não foi esclarecida, na medida em que não se reconheceu o seu subjacente condicionamento económico. Por isso, esta ideia foi abandonada mais tarde, embora, sob alguns aspetos, volte a ter atualidade.

Partindo deste pressuposto, se se quiser contribuir para “mudar o mundo”, é indispensável compreender o âmago do império dos plutocratas e as teias com que nos envolvem. Para tornar isso possível, deve-se adotar uma perspetiva baseada numa epistemologia da complexidade que evite uma visão reducionista e superficial da presente crise civilizacional.

Por conseguinte, através da utilização de adequadas grelhas conceptuais – como a da psicanálise freudiana e a do materialismo históri-

co marxista –, procurou-se construir um delineamento consistente, partindo dos contributos da sociopsicanálise e também do denominado *freudomarxismo*, a que se recorreu, em especial, no que concerne ao esclarecimento da problemática da alienação. Sublinhe-se, no entanto, que, em geral, se optou por uma reflexão socio-psicológica alicerçada em posições teóricas abrangentes que não podem ser assimiladas a qualquer tipo de doutrina dogmática.

Por outro lado, sublinhe-se a necessidade de perspetivar as atuais circunstâncias político-económicas nacionais, assim como as suas subjacentes dimensões sociais, psicológicas, éticas e culturais. Para isso, impõe-se considerar a existência de duas forças muitíssimo poderosas que condicionam as recentes mudanças, isto é, a revolução tecnológica e a globalização. Contudo, dado que estas componentes gémeas não são propriamente novas – e, talvez por isso, nos pareçam familiares – pode ser fácil iludir o seu impacto.

Por esse motivo, a fim de evitar qualquer efeito de obnubilação, há que contextualizar as origens da crise portuguesa, através de um ponto de vista crítico e comprometido ideologicamente, pois que estamos de acordo com os autores que admitem haver lugar “(...) para que no âmbito das investigações científicas e dos textos daí resultantes, que recusem um estatuto de pretensa neutralidade, se procurem as bases empírico-teóricas para identificar, e eventualmente recusar e denunciar projetos de fascismo societal (...)” (Barros, 2013, p.25).

Finalmente, importa explicitar um ponto relevante. Tendo este texto sido produzido por alguém que não é economista de formação e delimitado a partir de uma abordagem interdisciplinar, esse facto – embora apresente as suas vantagens –, pode, obviamente, conduzir a eventuais omissões e erros e mesmo distorcer significados.

1. A PERSPETIVA SOCIOPSIOLÓGICA

Nas suas linhas gerais, este texto adota uma concepção do sujeito epistémico que, de certa maneira, é tributária do pensamento psicanalí-

tico nas suas diversas e múltiplas modalidades, em particular da sociopsicanálise. Todavia, os esquemas referenciais – que consubstanciam a perspectiva sociopsicológica – não se limitam ao espaço teórico invocado, pois que os seus fundamentos interdisciplinares possibilitam a sua integração conceptual num território que se enquadra no âmbito mais vasto das ciências do homem.

Para melhor enquadrar a temática a analisar, deve referir-se que a obra iniciada por Freud - e reelaborada pelos seus continuadores – institui como núcleo das relações humanas o complexo de Édipo e os hipotéticos desejos incestuosos decorrentes dos fantasmas inconscientes. Além disso, o modelo freudiano permite uma compreensão consciente, intelectual e científica dos problemas sociais, embora estes *insights*, que se podem designar como percepções internas, se inscrevam, por vezes, na estrutura inconsciente da psique humana. De facto, a psicanálise, embora definida como uma ciência natural, foi bastante além do tema da perturbação emocional do indivíduo, dedicando-se à análise e compreensão da dinâmica dos fatores determinantes da psicologia do grupo (Brown, 1961).

Por outro lado, a psicanálise mostrou a importância que o ‘instinto de lucro’ representa na economia psíquica, embora não o considerasse tão essencial como outras necessidades, contrariamente à ideia do liberalismo que o entendia como o motivo essencial – se não o único – das acções humanas. Deste ponto de vista, assume-se que o ‘instinto de lucro’ não tem, em larga medida, como causa profunda, a necessidade de adquirir ou de possuir, mas que é a expressão de necessidades narcísicas, do desejo de ser conhecido perante si mesmo e perante os outros, pois é bem claro que, numa sociedade onde os possuidores – os ricos – são os mais admirados e os mais conhecidos, as necessidades narcísicas dos menos favorecidos conduzem necessariamente a uma extraordinária intensificação do desejo de possuir (Fromm, 1970).

Complementarmente, no quadro da configuração teórica inaugurada por Freud, pode-se inscrever a sociopsicanálise (1) que – tal como foi definida por Gérard Mendel, a partir do ano de 1974 – toma como pano de fundo o universo da escola freudiana, permitindo a sua amplificação ao campo do materialismo histórico marxista.

Esta abordagem, ao partir da noção de “classe institucional” – observada através da análise das relações entre classes no seio das instituições –, considera que certos indivíduos – cujas posições de liderança originam vínculos de poder, saber e prestígio – impõem regras através destas relações de dependência que, longe de serem neutras, pelo contrário, representam algo de muito negativo, conduzindo à subserviência, à ignorância e ao desprestígio daqueles que sofrem a sua sujeição (Mendel, 1973; 1975).

Por conseguinte, neste enquadramento, esta perspectiva pretende “(...) estabelecer uma ligação entre fenómenos sociais e fenómenos psicológicos. No plano social, ela elege a Instituição como seu objeto privilegiado e opta por analisá-la em termos de poder. No plano psicológico, reassume certos contributos da psicanálise, sempre situando os limites. Finalmente no plano sociopsicológico (...) tenta articular os mecanismos sociais e institucionais de poder, e as estruturas psíquicas que caracterizam as personalidades individuais” (Legrand, 1986, pp. 263-264).

Numa lógica diferente, será também relevante invocar a perspectiva epistemológica de Lucien Goldmann que, ao recusar liminarmente o individualismo originado do *cogito* cartesiano, recorre ao filósofo Pascal para afirmar que o pensamento dialético se inicia “(...) por uma frase, talvez excessiva, mas que é como se fosse um manifesto: o Eu é odioso (...)” (Goldmann, 1966, pp. 24-25, cit. in Löwy, 1995). Deste ponto de vista, é da acção e do conhecimento que decorre a relação do homem com os outros homens, facto que se torna o fundamento ontológico da

(1) Abordagem filiada no chamado movimento institucionalista, o qual inclui outras correntes como a socioanálise – ou análise institucional – surgida nos anos sessenta e protagonizada por investigadores como René Lourau e Georges Lapassade.

história, pois o *eu* individual só existe através da comunidade. Na verdade, embora Goldmann não questione as descobertas de Freud – pois admite que a vida psíquica individual está ligada à *libido* –, considera que as ações históricas, o domínio da natureza e a criação cultural não podem ser entendidos na sua significação nem explicados na sua gênese, senão partindo de um sujeito trans-individual (Löwy, 1995).

Finalmente, de modo a clarificar a relação entre a perspetiva sociopsicológica e a temática central da reflexão encetada – isto é, a interdependência entre os fenómenos económico e político e a sua correlativa articulação com as dimensões intra e intersubjetivas – é relevante invocar a abordagem psicanalítica de Caruso (1974, pp.120-121) que, ao “(...) desenvolver algumas breves observações sobre o assunto da alienação humana (...) considera que sendo todo o ser humano “fraco” devido a um qualquer aspeto da sua existência, ele está sempre submetido aos outros de uma maneira ou de outra”. Nesta óptica, este “despojamento” social corresponde a um fundamento material, em geral complexo, de natureza biológica e económica, sendo tal fraqueza, enquanto pretexto para a exploração, uma realidade. De facto, quanto maior ela for maiores serão as possibilidades de nos tornarmos materialmente dependentes uns dos outros. Neste sentido, os indivíduos tornam-se, cada vez mais, vítimas duma racionalização mistificadora, que, por seu turno, os leva a aceitar uma ideologia que os “escraviza” mentalmente. É assim que nasce uma rede de relações psicossociais neurotizantes: a alienação interhumana e também intrapsíquica junta-se à alienação económica.

2. PSICOLOGIA SOCIAL E ALIENAÇÃO

A alienação é um fenómeno que se produz em condições historico-sociais definidas, no qual as relações humanas se “cristalizam”, isto é, se transformam em coisas, perdendo a sua capacidade de comunicação direta e plena, na medida em que o ser humano se “coisifica”, se esva-

zia e empobrece. Simultaneamente, os objetos adquirem propriedades humanas – o que se pode designar por animismo – e ficam dotados de um poder que escapa ao controlo dos indivíduos, que passam a estar submetidos a essas potências estranhas, pois que já não reconhecem aquelas qualidades como próprias e inerentes aos seres humanos (Bleger, 1969).

A leitura atenta de numerosos escritos consagrados ao conceito de alienação revela a sua extraordinária extensão. Na origem termo filosófico-religioso, esta noção transformou-se em categoria empírica da psicologia social. Saliente-se, porém, que a sua definição é particularmente difícil, dado ser simultaneamente *geral* – constituindo um denominador comum de todos os domínios da vida social – e *específico*, no sentido em que permite analisar os fenómenos particulares. Não é pois de estranhar que ele surja carregado de uma certa ambiguidade, pois que a maior parte dos filósofos e homens de ciência o interpretam à luz da sua reflexão pessoal, acrescentando à significação original a sua própria aceção (Rosner, 1974).

Por isso, pode considerar-se que, por diferentes caminhos, Rousseau e Feuerbach – e sobretudo Hegel – estudaram o fenómeno da alienação que, posteriormente, foi elaborado pelo materialismo histórico de Marx numa base concreta. Por conseguinte, esta evolução histórica do conceito torna necessário clarificar a sua definição ‘tradicional’, procurando-se igualmente situar interpretações ulteriores, de modo a avançar uma hipótese que permita uma melhor compreensão da sociedade contemporânea. Para tal, é necessário recorrer à pesquisa sociológica, dado que o conceito de alienação constitui um ponto de junção entre marxismo e ciências sociais não-marxistas (Bleger, 1969; Rosner, 1974).

Por outro lado, se se considerar a distinção entre alienação e outros conceitos relativamente próximos – *reificação* e *fetichismo*, usados pelos marxistas, ou *anomia*, utilizado pela sociologia geral –, a sua aceção não é muito clara, pois que, por exemplo, Durkheim estudou com o nome de *anomia* o estado de desorganização social em que os indivíduos

se sentem incapazes de se integrarem na sociedade e têm o sentimento de viver uma vida vazia (Bleger, 1969; Rosner, 1974). Por isso pode considerar-se que “(...) o fenómeno da anomia (...) deve ser integrado no de alienação” (Bleger, 1969, p.146).

De facto, do ponto de vista marxista, a alienação social resulta da idolatria por certos objetos, constituindo o dinheiro o maior fetiche da cultura burguesa, sendo através da sua posse que se transmite a ilusão de que os bens materiais são a razão de ser da existência. Ora, este *fetichismo* é o núcleo da alienação, a qual abrange todas as dimensões da vida, não se limitando ao mundo do trabalho. Todavia, esta “falsa consciência”, não sendo um produto coletivo, contribui para a criação de uma visão fragmentada das realidades sociais (Reich, 1976; Simões, 1974).

Além disso, se se entender que a alienação humana corresponde às relações materiais geradas pela produção e pelo consumo, somos confrontados com a hipótese de encarar a força de trabalho como mercadoria transacionável, isto é como qualquer outro produto. Todavia, embora a exploração económica – que rebaixa os seres humanos a não ser mais do que uma mercadoria de valor quantificável – constitua a alienação fundamental, esta tem outras significações que podem ser perspectivadas em termos psicológicos ou mesmo psicossociológicos (Caruso, 1967; Engels, 1971).

Por conseguinte, é preciso saber até que ponto estes processos objetivos coincidem com a experiência psicológica individual. Ora, sendo a alienação social tão eficaz, isso faz com que os indivíduos não a experienciem a nível cognitivo; nestas condições, ela não aparece como “estranha” à natureza humana, dado que a obliteração da consciência faz com que a experiência psicológica individual não seja apreendida como tal (Israel, 1974).

Embora, esta alienação secundária seja o resultado de uma opressão institucional – mais ou menos interiorizada ou racionalizada – repre-

senta, por assim dizer, uma superestrutura que constitui justamente um objeto de investigação autónoma para o psicanalista. No entanto, invoca-se, por vezes, o facto das relações materiais decorrentes da propriedade privada dos meios de produção, corresponder à alienação humana, para, deste modo, se argumentar contra a justificação e a eficácia da psicanálise (Caruso, 1967, 1974).

Todavia, segundo a perspectiva freudo-marxista, apesar dos psicanalistas tenderem a explicar o social pelo individual, conduzindo a interpretações erróneas dos fenómenos sociais, a psicanálise contém um núcleo de descobertas irrefutáveis que pode enriquecer a crítica marxista das ideologias, ao desmistificar a crença idealista segundo a qual os ideais desinteressados conduzem os homens à acção (Reich, 1974).

Finalmente, um último ponto a salientar tem a ver com a relação entre a doença mental e a “falsa consciência” social, não devendo tal comparação ser de maneira alguma menosprezada, visto que não é por acaso que o conceito de alienação é utilizado na terminologia psiquiátrica. De facto, os seus dois usos implicam a existência de critérios objetivos e/ou normativos, em função dos quais se pode julgar o estado de consciência individual, o que, devido à ocorrência a nível inconsciente do processo de alienação, pode ocasionar consequências graves. Se a situação alienante dos indivíduos for vivenciada como *normal*, será então pouco provável que eles consigam formular uma adequada reflexão sobre as suas reais condições sociais (Israel, 1974).

3. ECONOMIA E ESCRAVIDÃO MENTAL

O tema da escravidão mental a que o próprio cantor jamaicano Bob Marley dedicou uma letra popular (“*Emancipate yourself from mental slavery*”) é um assunto a que Noam Chomsky regressou muitas vezes ao longo da sua obra. Para este autor “(...) *Quando as pessoas quiseram tanta liberdade que deixaram de poder ser escravizadas, (...)*

desenvolveram-se naturalmente novos modos de controlo, para tentar impor formas de escravidão mental, a fim de que aceitassem um enquadramento de doutrinação e não questionassem o que quer que fosse (...)(Chomsky & Barsamian, 2014, p.105).

Esta temática subentende que, para se questionar esta dominação abusiva têm de se evitar as escolhas arbitrárias e concentradas nas mãos de grupos ultraminoritários; para tal, é preciso tomar-se consciência dos conflitos de interesses presentes no campo político, a fim de se conseguir que um conjunto cada vez maior de sujeitos se mobilize e participe na mudança da sociedade. Este é o desiderato da articulação do psíquico com o sociológico que possibilita uma perspetiva decorrente de uma interseção de campos que culmina na análise do poder político e institucional. campos que culmina na análise do poder político e institucional. Para a sociopsicanálise, o conflito surge, assim, como condição fundamental para a construção de realidades que permitem compreender o real concreto (Mendel, 1973; 1975).

Consequentemente, deve considerar-se que a aplicação da psicanálise à atual crise económica e financeira não deve ocasionar surpresas, pois, segundo alguns autores (Fromm, 1969; Marcuse, 1969,1971), é possível argumentar que algumas das concepções relativas à esfera da economia, da política e da história são uma projeção de motivos inconscientes, causada por ansiedades que nos cegam face às desigualdades quotidianas omnipresentes na sociedade capitalista contemporânea.

Para ilustrar este argumento, refere-se a obra de Jaques (1973) que, no contexto de uma época de caótica incerteza económica – isto é, no final da década de 1950 –, analisou o fosso de rendimentos entre os mais ricos e os mais pobres, afirmando que, para se conseguir um equilíbrio e um autocontrolo individual, era necessário assegurar uma estrutura social equitativa; consequentemente, esta deveria visar uma meta de justiça que permitisse superar o egoísmo voraz das relações laborais.

Na sequência destas afirmações, o mesmo autor acrescentava ser necessário demonstrar que uma maciça demonstração da existência

destes fatores constitui “(...) *uma espécie de psicopatologia (...) – um processo psicótico de massa de que todos inconscientemente participamos – [restringindo] o reconhecimento científico destas realidades das relações de trabalho e da motivação individual*” (Jaques, 1973, p.141).

Ora, quando a estrutura institucional está ao serviço não do desejo, mas de privilégios e iniquidades, ela transforma-se num instrumento destruidor da liberdade. Este é, por excelência, o terreno das atuais instituições políticas que – ao não cumprirem os legítimos desejos individuais e coletivos nem as saudáveis metas pessoais de bem-estar e esperança no futuro – possibilitam uma imposição unilateral de normas rígidas e de sacrifício que quase atingem o despotismo (Pereira, 2007).

Numa posição aparentemente oposta, Ferguson (2014, p.29) afirma que “*se no reino da política somos como abelhas, desempenhando os papéis que nos foram outorgados numa colmeia fundamentalmente hierárquica (...), na esfera económica (...) as nossas instituições lembram mais a vida selvagem (...)*”. Este autor (2) considera que, neste ambiente, uma grande maioria pasta e vagueia em manada, enquanto outros (muito menos) são predadores, sendo também possível que existam necrófagos e parasitas. Disto resulta um ecossistema sobre o qual as forças de seleção natural exercem o seu poder, esmagando os mais fracos a favor dos mais fortes. Esta imagem da sociedade humana, em que se formam grupos segundo regras e hierarquias – em analogia com os grupos de chimpanzés ou de babuínos – não pode, todavia, ser aceite sem restrições.

Efetivamente, embora muitos aspetos da nossa vida possam ser determinados por forças *darwinistas*, há que reconhecer que o mundo dos seres ditos humanos apresenta características que o tornam único, dado que, segundo a concepção de *sujeito* da sociopsicanálise, somos animais políticos, somos rotura, salto da natureza para a cultura; isto é, existe a expectativa da ocorrência de regras que nos regulam, evitan-

(2) Niall Ferguson, professor em Harvard, foi um dos eleitos para participar na reunião do Clube de Bilderberg, realizada em St. Moritz, na Suíça, em 2010.

do que os ferozes carnívoros sociais, tomem como presa os indefesos herbívoros (Ferguson, 2014; Pereira, 2007).

Por outro lado, para defesa dos mais desprotegidos, a sociedade humana criou uma infraestrutura – que se pode designar como estado de direito – a qual, simultaneamente nos protege e nos restringe, tal como uma vedação que impede os intrusos de penetrar na propriedade de cada um, mas que também limita o fácil acesso ao exterior. Esta construção – que se traduz na primazia da lei – não tem paralelo fora do mundo humano (Ferguson, 2014).

Todavia, muitos líderes institucionais, para satisfazerem a sua identidade narcisista e os seus *egos* em expansão, impõem às nações e aos povos o avesso da liberdade, isto é, a servidão. Para estes governantes que, embora eleitos, decidiram seguir cegamente ideias poderosas, independentemente de terem ou não razão, aplica-se a fórmula uma vez enunciada por Keynes (1964, cit. in Blyth, 2013 p.179): “(...) *Na verdade, o mundo é governado por pouco mais. Homens práticos que se creem bastante isentos de quaisquer influências intelectuais, são somente escravos de algum economista defunto*”.

4.A LONGO-PRAZO ESTAMOS TODOS MORTOS

Em 1936, ao publicar a sua *Teoria Geral*, Keynes veio a tornar-se o economista mais relevante do século XX. A sua importância é tal que permite situá-lo no mesmo plano de Marx quando este antecipou a crise geral do capitalismo. Ora, ao romper com a tradição clássica, a “revolução *keynesiana*” – expressão cunhada a partir de 1944 – permitiu o surgimento do Estado-Providência, de cujos efeitos se beneficiou ao longo de várias décadas. Esta época áurea vai chegar ao fim na década de 1970, altura em que, após o choque petrolífero, no quadro da economia americana, a inflação se transforma num problema grave e se verifica um aumento do desemprego. Neste período, os Estados Unidos entram em *deficit* pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, surgindo, na sequência do conflito do Vietname, uma crise que levou à contínua

desvalorização do dólar e originou uma profunda recessão (Blomert, 2011; Ullmo, 1986).

O fim da era *keynesiana* ocorre no decurso destes acontecimentos, quando, na década de 1980, chega à presidência americana Ronald Reagan e, na senda de Milton Friedman, reduz a intervenção do Estado, permitindo a emergência das teorias monetaristas que visavam limitar a alta de preços através do controlo da moeda em circulação. Estas concepções teóricas – que alimentaram a emergência do programa político do neo-liberalismo – evidenciaram, no entanto, fragilidades notórias, pois nunca estabeleceram leis com sólidos fundamentos conceptuais e, no plano empírico, revelaram uma visão demasiado simplista dos mecanismos de ajustamento económico. Contudo, esta crença ideológica continua sem ser devidamente questionada, tendo transformado a economia numa ciência normativa, ao transferir para a esfera política o modelo do “*homo economicus*” egoísta, invocado pelos economistas clássicos (Blomert, 2011; Hérin, 1986).

Mesmo se nos sentirmos *keynesianos*, temos de admitir que o sonho de Keynes, largamente partilhado pelas sociedades industriais, continua a ser destruído, levando ao seu esquecimento e ao surgir duma possibilidade concentracionária “(...) *como o seria o universo de um único mercado ou do Estado todo poderoso*” (Hérin, 1986, p.82). Todavia, é a partir desta visão distorcida que se deve enquadrar – e, se possível, tentar compreender – a hoje tão mediática crise das finanças de países como a Grécia, a Irlanda e Portugal, cujas dívidas públicas são superiores a 100% do PIB, circunstância que não é exclusiva dos países intervencionados pela *troika*. Efetivamente, na história americana, esta é a segunda vez que a soma das dívidas pública e privada excede 250% do PIB; ora, este *ratio* também abrange todos os principais países da Europa, incluindo a Alemanha, considerada a economia europeia de maior sucesso (Ferguson, 2014).

Por outro lado, verifica-se que, nos Estados Unidos da América, na década de 1970, o 1% dos beneficiários da riqueza arrecadou aproximadamente 10% do rendimento nacional, enquanto que cerca de 35

anos depois, a sua quota subiu para quase 20%; embora esta tendência não seja exclusiva deste país, pois que, desde cerca de 1980, tem vindo a aumentar no mundo de língua inglesa e, embora em menor dimensão, em alguns países europeus, nomeadamente Alemanha, França, Noruega e Suécia e – espantemo-nos! – também em Portugal (Ferguson, 2014; Freeland, 2014).

Doutro ponto de vista, pode considerar-se que, se a globalização e a tecnologia, por definição, levaram à rápida obsolescência de muitos empregos nas sociedades ocidentais, isso significou que, em geral, os trabalhadores – na sua grande maioria certamente competentes e esforçados – sofreram uma redução drástica do seu nível de vida e “(...) *muitos deles viram as suas profissões, empresas e poupanças de toda uma vida destruídas pelas mesmas forças que enriqueceram e deram poder aos plutocratas [tendo] um impacte penalizador naqueles que não tinham a inteligência, a educação, a sorte ou a audácia, para poderem beneficiar disso*” (Freeland, 2014, p. 21).

Tais questões devem, por conseguinte, ser perspetivadas de uma forma complexa e reenquadradas no âmbito da crise do nosso tempo, o que implica contrariar posições que, em nome de uma visão reducionista assente nos dogmas da eficácia e da produtividade, desvalorizam a importância de outras alternativas mais humanizadas; para os próceres dessas ideias, o fundamental é edificar um “admirável mundo novo”, aliçado numa encapotada ideologia repressiva que, hasteando a bandeira de pretensos valores democráticos e liberais – expoente máximo da dita civilização ocidental – conduza as nações e os seus cidadãos a um tenebroso e vasto estado plutocrático (Simões, 2013).

Neste contexto, é significativo que algumas teses dos teóricos da meritocracia tenham sido contraditadas, pois que as explicações apresentadas para justificar sucessos económicos baseados nas diferenças raciais de inteligência já não podem ser levadas a sério, pois que elas existem entre populações que, no entanto, são indiferenciadas geneticamente, como é o caso dos alemães ocidentais e dos de leste, até

1991, ou dos irlandeses e dos irlandeses-americanos por volta da década de 1970. (Unz, 2012). Por conseguinte, “(...) *o que os índices da história económica nos dizem é que as mudanças da pobreza para a prosperidade acontecem geralmente de forma demasiado repentina e em meios culturais demasiado diferentes para poderem ser explicadas em tais termos*” (Ferguson, 2014, p.156).

Contudo, o que se torna mais relevante para a compreensão da nossa época e da nossa sociedade é o facto de uma percentagem maciça dos benefícios económicos dos últimos 35 anos terem sido absorvidos pela super-elite (Freeland, 2014). Como afirmou Keynes (1990, cit. in Blomert, 2011, p.73), numa forma clarividente, “(...) *em tempos conturbados contamos que depois da tempestade vem a bonança. Mas numa situação como esta não ajuda muito apontar para uma tendência a longo prazo – a longo prazo estamos todos mortos*”.

5. AS ORIGENS DA CRISE PORTUGUESA

A nova ordem económica mundial, subordinada aos ditames do neo-liberalismo, considera que sem investimento não há procura nem consumo; ora, este desiderato colide com a economia *keynesiana* que, pelo contrário, argumenta que é o consumo que gera investimento, pois que, sem procura, este não existe. Nestas visões opostas, pode dizer-se que, por exemplo, num corte de impostos o “(...) *keynesiano quer dá-lo aos pobres de modo que gastem já para impulsionar a procura e o consumo. Entretanto, o neo-liberal quer dá-lo aos ricos para investirem sensatamente (...)*” (Blyth, 2014, p.69).

Se pretendermos reposicionar a problemática aqui focada, em termos de desigualdade, verifica-se que as discrepâncias internas de cada país são tão grandes como as que existem entre países. No entanto, ao contrário da desigualdade internacional, a desigualdade intranacional tem vindo a aumentar em vez de diminuir (Freeland, 2014). Tais circunstâncias decorrem da aplicação das políticas ultra-liberais que, to-

mando o fracasso como fator de evolução do capitalismo, consideram que, assim, a economia poderá transitar para um hipotético estado de inovação e investimento. Ora, segundo Blyth (2013, p.182), tal “(...) *liquidação defende uma inevitabilidade - tem de se dar o colapso - e também consequências involuntárias da intervenção - se se meterem no caminho dessa inevitabilidade acabarão por torná-la pior. A consequência desta linha de pensamento é a austeridade (...)*”.

Aplicar a Portugal esta lógica de irracionalidade servirá apenas para destruir as frágeis estruturas nacionais, levando-as a um inevitável abismo, a partir do qual os idólatras da “nação virtual” de Mamon (3) – isto é, os plutocratas – possam arrebatam os despojos finais do seu saque e lançar para a servidão a quase totalidade dos portugueses que ainda sobrevivam, resistindo a essa crise mortal. Porém, se se analisar esta situação de um ponto de vista estritamente económico, baseado apenas em critérios de mero egoísmo individualista, não será possível diagnosticar as causas do mal-estar do nosso tempo. De facto, se só se consideram os pressupostos clássicos de uma pseudo-harmonia implícita – a célebre “*mão oculta*” – que auto-regularia o interesse geral, qualquer norma ética torna-se pretensamente supérflua, se não mesmo prejudicial (Löwy, 1995).

Por conseguinte, é nesta óptica que se deve olhar para a atual crise portuguesa – não apenas económica e financeira mas também política e moral –, a fim de se compreender a apagada e vil tristeza em que vivemos; para tal, há que recuar bastantes décadas o que, não sendo possível nos limites deste texto, faz com que a nossa reflexão incida apenas no período que decorre a partir do final de 2001, quando, em dezembro, após a derrota do Partido Socialista nas eleições autárquicas desse mês, António Guterres se demitiu chamando a atenção para o “pântano político” em que Portugal se encontrava e apelando para a necessidade de uma forte relação de confiança entre governantes e governados.

(3) Falso deus da riqueza e da avareza (cf. Wikipédia); a expressão é de Chrysta Freeland (2014, p. 22)

Passada mais de uma década sobre esta declaração histórica, o país atravessa uma época de ausência de ideias mobilizadoras, em que, por um lado, predomina uma clara alienação social e, por outro, se verifica uma desconfiança cada vez maior face aos governantes do país, dado ser possível demonstrar “(...) *a relação existente, porventura a promiscuidade, entre os cargos políticos e as grandes empresas e grupos económicos (...) numa dança de lugares que a lei e a ética não deveriam permitir [o que] torna claro que em Portugal a actividade política é altamente rentável desdizendo a afirmação largamente difundida de que (...) não dá para pagar os charutos* (Neto, 2011, p.11), tese claramente exemplificada no livro “*Como os políticos enriquecem em Portugal*” (Azenha, 2011).

Ora, para além da dimensão nacional desta problemática, há que considerar que, de um ponto de vista histórico-político, no mesmo espaço temporal ocorreu uma subordinação dos estados-membros da União Europeia às regras de uma autoridade monetária independente – o Banco Central Europeu – a qual passou a garantir o eventual regresso do crescimento, o que poderá mesmo significar a possibilidade de depor alguns governos democraticamente eleitos. Contudo, o mandato desta instituição – cujos contornos estão consignados nos tratados constitucionais europeus –, devido à obsessão anti-inflacionista do *Bundesbank*, permanece refém do sistema bancário internacional.

Todavia, apesar disso, os superbanqueiros – como o todopoderoso Mario Draghi – surjem aos olhos dos cidadãos como uma categoria à parte: “(...) *estamos convencidos que eles são os ‘banqueiros’ bons, muito diferentes dos bandidos de Wall Street (...) que nos empurraram para esta crise (...). Pelo contrário, [achamos que] os superbanqueiros, os arcanjos, fizeram milagres apenas para nos salvar (...)*” (Rampini, 2014, pp.63-64). Ora, esta distinção é muito simplista, pois que a rotação dos cargos entre os sectores público e privado, pode fazer com que os atuais servidores do Estado possam ter tendência para “servir” os seus antigos ou futuros patrões. Como afirma o mesmo autor

(Rampini, 2014, p.66): “No conto de fadas dos superbanqueiros bons contra os banqueiros maus existe algo que não é convincente (...).”

Colocada assim esta questão, é possível compreender como a Alemanha conseguiu assumir a liderança da Europa: isto porque, desde o início, as suas ideias estiveram no cerne do euro e, por isso, deram à austeridade um novo figurino inspirado no seu milagre económico do pós-guerra. ‘*Erst sparen, dann kaufen*’ (4) é uma fórmula que não deixa dúvidas e marca as instituições da União Europeia, onde não há mais lugar para Keynes (Blyth, 2013).

REFLEXÕES FINAIS

Ao invocar-se a máxima “*poupar é uma virtude, gastar é um vício*”, inspirada pela obra de Adam Smith, pode dizer-se que ela constituiu uma fonte de inspiração para o celeberrimo princípio da austeridade. Desse ponto de vista, para se compreender a importância das ideias económicas hoje dominantes no quadro europeu, tem de se referir o modelo económico alemão que, ao assumir a *centralidade da competitividade como chave do crescimento*, obrigou a União Europeia a subordinar-se aos ditames decorrentes dos critérios de convergência de *Maastricht* e do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Este contexto garante o poder duma nova super-elite que, avessa à justa redistribuição da riqueza, impõe um protótipo de “*darwinismo social*” a que Portugal hoje se submete, a fim de atingir a todo o custo o equilíbrio das contas públicas. Para os serventuários das super-estruturas financeiras transnacionais que, em nome de ilusórios “*amanhãs que cantam*”, submetem os portugueses a uma experiência “*laboratorial*” possivelmente catastrófica, esta é a única receita possível. Consideram, por isso, que quaisquer outras alternativas são uma fanta-

(4) *Primeiro poupar, depois comprar.*

sia de “iluminados” alheios aos factos concretos da economia, entre os quais se incluem naturalmente os subscritores do recente *Manifesto dos 74* (5).

Todavia, para além deste enquadramento transglobal, há que considerar aspetos específicos da sociedade portuguesa. Entre estes pode-se destacar o controlo exercido pelos partidos que, muitas vezes, limita a liberdade individual e evita a transparência. Ora, é este modelo – fechado e fracamente democrático –, assente em certas oligarquias dirigentes, que condiciona, com frequência, as nomeações para cargos institucionais.

Este domínio do chamado “bloco central de interesses” constitui o cerne do poder da “classe política”, a qual, não abrange apenas os profissionais da governação mas inclui outros sectores (financeiros, jornalísticos, empresariais). Assim, através de usuais estratégias de dominação ideológica, aproveitam-se as grandes encenações mediáticas – como os eventos futebolísticos – para manter num “adormecimento letárgico” os cidadãos, sujeitos deste modo a subjetividades de servidão voluntária.

Considerando todos os ângulos focados, pode profetizar-se que, se Portugal não acordar, irá continuar na senda de uma economia do medo – os desígnios dos “credores” ou o apocalipse! – e, paradoxalmente, virá a morrer não da doença mas da cura. Como afirma Blyth (2013, p. 214): “*Num mundo destes, a recessão e não o crescimento, é o tempo certo para a austeridade.*”

Finalmente impõe-se uma interrogação: Quanto tempo se irá estar assim? Para responder, é sensato recorrer à clarividência de José Pacheco Pereira (2013, p.304): “*Não sei, mas suspeito que muito tempo, tempo demais. ‘Assim’ é como estamos agora, sem esperança, sem futuro só com presente. Um presente longo, demasiado longo para alguns.*”

(5) Cf. *Jornal Público*, ano XXV, n.º 8734 de 12 de março de 2014

BIBLIOGRAFIA

- Azenha, A.S. (2011). Como os políticos enriquecem em Portugal. Alfragide: Lua de Papel.
- Barros, R. (2013). *Mediar entre regulação e emancipação: perspetiva crítica sobre princípios e valores da cidadania social*. Cadernos do GREI n.º 7, dezembro (e-book).
- Berlin, I. (1981). *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília (edição original: 1969).
- Bleger, J. (1969). *Psicoanálisis y dialectica materialista*. Buenos Aires: Paidós.
- Blomert, R. (2011). *John Maynard Keynes*. Lisboa: Expresso.
- Blyth, M. (2013). *Austeridade – a história de uma ideia perigosa*. Lisboa: Quetzal.
- Brown, J.A.C. (1961.). *Freud and the post-freudians*. Harmondsworth: Penguin.
- Burdeau, G. (s.d.). *O liberalismo*. Lisboa: Publ. Europa-América (edição original: 1979).
- Caruso, I.A. (1967). *Psicanálise e dialética*. Rio de Janeiro: Bloch Editores (edição original: 1960).
- Caruso, I.A. (1974). *Psychanalyse et société: de la critique de l'idéologie à la auto-critique*. In B. Fraenkel (org.) *Freudo-marxisme et sociologie de l'aliénation – Colloque de 'L'homme et la société'* (pp.117-138). Paris: Ed. Anthropos.
- Chomsky, N. & Barsamian, D. (2014). *Mudar o mundo*. Lisboa: Bertrand.
- Dahrendorf, R. (1981). *O liberalismo e a Europa. Brasília*: Editora Universidade de Brasília.
- Desné, R. (1969). *Os materialistas franceses*. Lisboa: Seara Nova.
- Dortier, J.-F. (coord.) (2006). *Dicionário das Ciências Humanas*. Lisboa: CLIMEPSI.
- Engels, F. (1971). *Anti-Dühring*. Lisboa: Edições Afrodite (edição original: 1878).
- Ferguson, N. (2014). *O declínio do Ocidente – como as instituições se degradam e a economia morre*. Alfragide: Dom Quixote.
- Freeland, C. (2014). *Plutocratas – a ascensão dos novos super-ricos globais*. Lisboa: Temas e Debates/ Círculo de Leitores.
- Fromm, E. (1969). Implicações humanas do esquerdismo instintivista: uma resposta a Herbert Marcuse. In F. Espadilha (org.). *Marcuse polémico – uma perspetiva crítica* (pp.81-100). Lisboa: Editorial Presença.
- Fromm, E. (1970). Tarefa e método de uma psicologia social analítica. In *Psicanálise e sociedade* (pp.31-76). Lisboa: Presença.
- Goldmann, L. (1966). *Les sciences humaines et la philosophie*. Paris: Gauthier.
- Goldmann, L. (1984). *Epistemologia e filosofia política*. Lisboa: Presença.
- Guirado, M. (1992). Transferências e transferências. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 12(2), pp.16-23.
- Hérin, P.-Y. (1986). Keynes hoje em dia: uma influência contestada. *Risco*, 3, pp.75-82.
- Israel, J. (1974). L'humanisme dans les theories de Marx. In B. Fraenkel (org.) *Freudo-marxisme et sociologie de l'aliénation – colloque de "L'homme et la société"* (pp.239-277). Paris: Ed. Anthropos.
- Jaques, E. (1973). A psicanálise e a atual crise económica. In J.D. Sutherland (ed.). *A psicanálise e o pensamento contemporâneo* (pp.139-159). Rio de Janeiro: Imago (edição original: 1958).
- Keynes, J.M. (1964). *General theory of employment, interest and money*. Orlando: Harcourt Brace. (trad. portuguesa: *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Lisboa: Relógio d'Água).
- Legrand, M. (1986). A intervenção sociopsicanalítica. *Análise Psicológica*, 2(4), pp.263-274.
- Löwy, M. (1995). Lucien Goldmann ou a aposta comunitária. *Estudos Avançados*, 9(23), pp.183-192.
- Mannheim, K. (1973). *Diagnóstico de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar (edição original: 1954).
- Marcuse, H. (1969). Mudando o mundo: réplica a Karl Miller. In F. Espadilha (org.). *Marcuse polémico – uma perspetiva crítica* (pp.67-80). Lisboa: Editorial Presença.
- Marcuse, H. (1969). Teoria das pulsões e liberdade In F. Espadilha (org.). *Marcuse polémico – uma perspetiva crítica* (pp.101-147). Lisboa: Editorial Presença.
- Marcuse, H. (1970). O envelhecimento da psicanálise. In *Psicanálise e sociedade* (pp.77-105). Lisboa: Editorial Presença.
- Marcuse, H. (1971). *Pour une théorie critique de la société*. Paris: Denöel/Gonthier.
- Marx, K. (s.d.) *Salário, preço e lucro*. Porto: Cadernos Latitude (edição original: 1865).
- Mendel, G. (1973). *Psychanalyse et sociopsychanalyse*. *Sociopsychanalyse*, 3, pp.13-62.
- Mendel, G. (1975). *Pour une autre société*. Paris: Payot.
- Miller, K. (1969). De qualquer maneira, a questão é a mudança do mundo. In F. Espadilha (org.). *Marcuse polémico – uma perspetiva crítica* (pp.49-66). Lisboa: Editorial Presença.
- Neto, H. (2011). Prefácio. In A.S. Azenha. *Como os políticos enriquecem em Portugal* (pp.11-14). Alfragide: Lua de Papel.

- Pacheco Pereira, J. (2013). *Crónicas dos dias do lixo*. Lisboa: Temas e Debates/ Círculo de Leitores.
- Pereira, W.C.C. (2007). Movimento institucionalista: principais abordagens. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(1), pp. 10-19.
- Rampini, F. (2014). *Banqueiros – histórias do novo banditismo global*. Lisboa: Editorial Presença.
- Reich, W. (1974). *Materialismo dialéctico e psicanálise*. Lisboa: Editorial Presença (edição original: 1929).
- Reich, W. (1976). *Psicologia de massas do fascismo*. Lisboa: Dom Quixote (edição original: 1933).
- Rodrigues, J.N. (2010). A psicologia da crise no divã. *Expresso*, julho.
- Rosner, M. (1974). Aliénation, fétichisme, anomie. In B. Fraenkel (org.) *Freudo-marxisme et sociologie de l'aliénation – colloque de "L'homme et la société"* (pp.183-237). Paris: Ed. Anthropos.
- Simões, C.A. (1974). Partido, classe, ideologia. *Manifesto – Revista de Informação e Ensaio*, 2, pp.13-15.
- Simões, C.M. (2013). *Supervisão ou aconselhamento? Contributo para uma perspetiva contextualizada do desenvolvimento do professor*. Cadernos do GREI n.º 6, novembro (e-book).
- Ullmo, B. (1986). Atualidade de Keynes. *Risco*, 3, pp.65-74.
- Unz, R. (2012). Race, IQ, and wealth: what facts tell us about a taboo subject? *The American Conservative*, 26, consultado em 5 de maio de 2014 em <http://theamericanconservative.com/race-iq-and-wealth/>.

O AUTOR

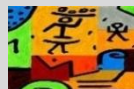
Carlos Marques Simões - Licenciou-se em psicologia clínica pelo *ISPA* e, em 1994, doutorou-se em psicologia da educação pela Universidade de Aveiro. Frequentou o curso de engenharia eletrotécnica do *IST* e o curso de estudos europeus – variante de economia, da Universidade de Coimbra. Entre 1974 e 1975, exerceu a profissão de jornalista e, neste último ano, foi assessor de imprensa do Ministro do Plano, Prof. Mário Murteira; desde então, até 1981, foi técnico superior da Secretaria de Estado do Planeamento e, depois, do Ministério das Finanças. Da sua atividade política destaca-se a participação no *MES* e, mais tarde, na *UEDS*, onde integrou a sua comissão política até 1981, quando ingressou no *PS*. Foi cofundador das revistas *Abril*, *Política Socialista* e *Manifesto* e membro do *Clube da Esquerda Liberal*.

Cadernos publicados

n.º 8

Helena Ralha-Simões

A CONSTRUÇÃO DA PESSOA RESILIENTE: dos contextos de desenvolvimento à psicologia positiva



n.º 9

Helena Sousa

FILOSOFIA PARA CRIANÇAS: contributo para a ativação do desenvolvimento psicológico



n.º 10

Maria Helena Martins

RESILIÊNCIA FAMILIAR: revisão teórica, conceitos emergentes e principais desafios



n.º 11

Ana Tomé

CONHECER E PREVENIR DOENÇAS CARDIOVASCULARES: fatores de risco e planeamento dos cuidados de saúde



n.º 12

Ida Lemos

CRISE OU BONANÇA? Perspetivas clínicas sobre o desenvolvimento na adolescência



n.º 13

António Duarte

SAÚDE, SUPORTE SOCIAL E BIOÉTICA: percepção dos idosos sobre a qualidade de vida



n.º 14

Nuno Murcho

SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA: uma perspetiva de integração nos cuidados de saúde primários



n.º 15

Carla Fonseca Tomás

A ESCURIDÃO ENTRE AS ESTRELAS: vinculação a Deus, relação com o divino e espiritualidade



Cadernos do GREI

n.º 16

Carlos Marques Simões

A ECONOMIA DO MEDO: uma reflexão sociopsicológica sobre as origens da crise portuguesa



A publicar:

Nora Almeida Cavaco

INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO? Contributo para uma prática educativa inclusiva



Helena Ralha-Simões

RESILIÊNCIA E PROFISSIONALIDADE: a competência do professor enquanto contributo para uma nova perspetiva



GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares

Giordano Bruno

Cadernos do GREI n.º 16 – Maio 2014



GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares

Giordano Bruno